

LAS BIBLIOTECAS NACIONALES: UN ESTADO DE LA CUESTIÓN

A obra insere-se na colecção Biblioteconomia y Administración Cultural, da responsabilidade da Editora Trea que tem vindo a divulgar estudos na área de BD, feitos por autores espanhóis. Juan José Fuentes Romero, o autor desta obra, é um profissional de longa carreira, criador e director de bibliotecas municipais e provinciais, e de uma biblioteca central de comunidade autónoma sendo também professor universitário de BD. Estamos na presença de um trabalho de investigação feito, essencialmente, com o objectivo de apresentar um ponto de situação sobre as bibliotecas nacionais, sua evolução e desenvolvimento e respectivo papel cultural e científico.

Juan José Fuentes começa com uma análise do conceito de biblioteca nacional e, ao longo do capítulo 1, vai apresentando, numa perspectiva cronológica, uma revisão das ideias e teses dos principais testemunhos bibliográficos sobre o tema. Pareceu-nos muito bem conseguida essa síntese, de leitura agradável mas didáctica e muito completa, em termos de levantamento. Para o século XX, a revisão da literatura faz-se por décadas e, em todas se estabelecem as linhas de força mais importantes e também as directrizes que saíram de congressos e conferências internacionais e que marcaram épocas distintas na história recente das bibliotecas nacionais. Fica-se com uma panorâmica clara e sucinta onde todas as principais características das bibliotecas nacionais estão devidamente assinaladas, sempre com recurso à citação dos autores e respectivas obras. A inclusão de um subcapítulo sobre as tendências actuais das bibliotecas nacionais é também um elemento importante mas a ler

com cuidado pois a data em que esta obra foi finalizada é 2002 e, no ambiente tecnológico em que vivemos, 5 anos podem fazer muita diferença.

Após esta apresentação da fundamentação teórica e da síntese de trabalhos sobre bibliotecas nacionais, encontramos, no capítulo 2, a evolução das mais importantes bibliotecas nacionais, das suas origens à actualidade. O capítulo não traz novidades em termos factuais mas, mais uma vez, é de leitura clara e proporciona uma visão esquemática no tocante à missão e objectivos das bibliotecas escolhidas e que são a Biblioteca do Congresso, a British Library, a Bibliothèque nationale de France e, por maioria de razão, a Biblioteca Nacional de Espanha que tem o estudo mais detalhado.

Uma surpresa agradável é a inclusão de um subcapítulo sobre as bibliotecas nacionais dos países em vias de desenvolvimento. Normalmente na literatura do género, dá-se uma atenção especial às grandes bibliotecas nacionais por servirem de paradigma quer da modernidade dos seus serviços e produtos quer por possuírem vastas colecções e abundantes tesouros.

Ora, como bem nota Juan José Fuentes, nas bibliotecas nacionais dos países em vias de desenvolvimento encontramos outro tipo de modelos (biblioteca e arquivo, biblioteca nacional que é também biblioteca pública, etc.) mais ajustados às sociedades em que se inserem mas, sem dúvida, interessantes de se estudar sobretudo pelo que o seu desempenho social significa em termos de prestígio e desenvolvimento. Conforme atrás referimos, o facto de o estudo ser de 2002 limita a visão que nos é transmitida e que, nalguns casos já não reflecte a realidade.

Depois desta visão global sobre as bibliotecas nacionais, com incursão nalguns estudos de caso, o autor escolheu dois grandes temas para os capítulos 3 e 4: a colecção de materiais da biblioteca nacional e o edifício e instalações da biblioteca nacional, respectivamente. Ao primeiro tema, o autor chama «*la clave de bóveda sobre la qual pivota todo el presente estudio*». Com efeito, o capítulo aborda, de forma intuitiva e didáctica as questões fulcrais que se prendem com as políticas de desenvolvimento das colecções, os diversos suportes que constituem as colecções e ainda três temas que são específicos das bibliotecas nacionais, desde logo o depósito legal e a bibliografia nacional mas também a questão biblioteca digital e biblioteca nacional. Infelizmente é aqui que se nota mais o desfasamento temporal porquanto quer a forma de abordar o tema quer a escolha dos exemplos ou melhores práticas fica desactualizada. Acresce que, por não haver menção aos projectos europeus desenvolvidos desde os finais do séc. XX nem do papel de consórcios de bibliotecas nacionais, como o CENL (Consortium of European National Libraries) e o CDNL (Consortium of Directors of National Libraries) os quais têm vindo a produzir trabalhos coordenados e cooperativos em torno desta temática, se perdem inevitavelmente, elementos importantes para se compreender a evolução das bibliotecas digitais nas bibliotecas nacionais.

Passando ao edifício e instalações, abordado no capítulo 4, e que o autor considera “*apasionante*”, vemos que houve um cuidado especial na escolha da bibliografia sobre o tema que é analisada e apresentada da forma esquemática e agradável que, desde o início assinalámos, a que se acrescenta uma análise mais detalhada sobre os grandes edifícios ou projectos dos finais do séc. XX, como os da Bibliothèque nationale de France e da British Library, de concepção tão diferente e cujas vantagens e inconvenientes são abordadas por Juan José Fuentes. Sente-se que o autor está muito mais à vontade neste terreno, pela sua

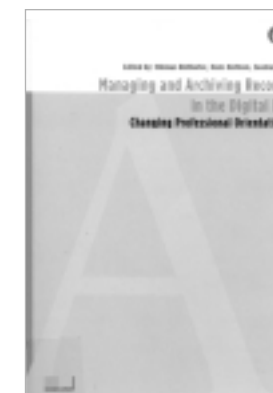
experiência pessoal e eventual gosto e o mesmo se sente na leitura do 5.º capítulo em que trata do planeamento estratégico, por ele justamente considerado como fundamental para a gestão deste tipo de instituições. A primeira parte do capítulo aplica-se a qualquer tipo de biblioteca e sintetiza as grandes tendências no que respeita a planeamento estratégico em bibliotecas. O autor escolhe, depois alguns casos para melhor exemplificar o planeamento e estratégia aplicados às bibliotecas nacionais e assim, para além da British Library e Bibliothèque nationale de France também nos são apresentadas a Biblioteca Nacional do Canadá (que entretanto se fundiu com os Arquivos Nacionais) e a da Nova Zelândia. Todas elas têm os seus planos publicados e/ou disponíveis na Internet mas não deixa de ser interessante verificar aspectos semelhantes e outros diferentes, sobretudo no caso dos modelos de financiamento, do papel normativo das bibliotecas nacionais e da sua importância na rede de bibliotecas do respectivo país.

Por fim, no capítulo 6, o autor faz uma síntese dos temas tratados no sentido de questionar o futuro das bibliotecas nacionais. Também aqui se recorre à análise de textos publicados em torno do papel que, no futuro deverão desempenhar as bibliotecas nacionais, dando especial relevo aos factores críticos que se apresentam às bibliotecas nacionais da era digital, questionando a dimensão das colecções centralizadas, o modelo de financiamento, a adaptação e adopção das novas tecnologias e, obviamente, a missão e as funções que as têm caracterizado bem como o público-alvo que, no futuro, pretendem atingir. Conforme afirma o autor nos últimos

parágrafos «... *hay un cierto, evidente y fructífero futuro para las bibliotecas nacionales siempre y cuando estas más que venerables instituciones sepan hacer frente a los continuos cambios y, lo que es más importante, quieran seguir siendo las bibliotecas abanderadas y más representativas de sus países...*».

Fernanda Maria Campos

FUENTES, Juan José – *Las bibliotecas nacionales: un estado de la cuestión*. Gijón : Trea, cop. 2003. ISBN 84-9704-066-X



MANAGING AND ARCHIVING RECORDS IN THE DIGITAL ERA: CHANGING PROFESSIONAL ORIENTATIONS

Publicam-se neste livro dez comunicações (nove em inglês e uma em francês) apresentadas nos Arquivos Federais Suíços em Berna, em 2004, num *workshop* sobre “Gestão e arquivagem de documentos na era digital: a mesma disciplina ou uma parceria difícil de duas profissões diferentes?”, organizado pela ERPANET (Electronic Resource Preservation and Access Network). Recorde-se que,

em 2003, a Biblioteca Nacional acolhera o *workshop* da ERPANET/CODATA sobre selecção, avaliação e retenção de dados científicos.

Prefaciado por Andreas Kellerhals, director dos referidos arquivos, especialistas de oito países (Alemanha, Estados Unidos da América, França, Holanda, Itália, Luxemburgo, Reino Unido e Suíça) com formações e experiências diversas, procuraram responder a seis questões iniciais:

- 1 – Quais são os principais desafios na gestão e preservação de informação e documentos digitais?
 - 2 – Será que a nova ordem digital muda as necessidades dos utilizadores ou as expectativas de informação, os documentos e/ou a gestão de arquivos?
 - 3 – Os paradigmas arquivísticos existentes são adequados para responder aos desafios da nova ordem digital? Que impacto tem o novo paradigma do *continuum* na forma como a gestão de documentos e arquivos se organizam hoje? As tradições arquivísticas ainda nos oferecem outras – adicionais – opções diferentes?
 - 4 – Que novos modelos organizacionais ou de negócio a nova tecnologia nos oferece para organizar a gestão de documentos e arquivos? Haverá talvez uma viragem de responsabilidades dos arquivos para a gestão de documentos, ou em sentido contrário?
 - 5 – Que impacto terá a nova ordem digital na interacção com disciplinas relacionadas tais como gestão de informação, biblioteconomia, gestão de conteúdos, gestão de conhecimento, etc.?
 - 6 – Que impacto terá tudo isto na disciplina de arquivística ou de gestão de documentos?
- Artigos de leitura por vezes densa mas sugestiva,

com referências bibliográficas úteis e frequentemente acessíveis na Internet. Úteis não só para estudantes, docentes e profissionais da área dos Arquivos e em geral das ciências documentais e das ciências da informação, mas também para os que lidam com a gestão de bens culturais. Passemos a elencá-los, destacando um ou outro aspecto que os caracteriza ou distingue.

ERIC KETELAAR (EK), Prof. de Arquivística na Universidade de Amesterdão, “Everyone an archivist,” 9-14.

EK chama a atenção para as percepções existentes sobre os arquivos, através da ficção (*Código da Vinci*) e da não ficção, sublinhando a passagem do arquivo como local para o arquivo enquanto espaço interactivo. Embora considere que os arquivos, bibliotecas e museus estão todos no *memory business*, EK centra os arquivos no eixo probatório do *continuum* documental. Sendo a nova ordem digital um fenómeno cultural e um desafio tecno-cultural para ligar os arquivos às pessoas (era do acesso), observa a necessidade de uma viragem empresarial para novos produtos e serviços. Além disso, o desaparecimento do original implica, para EK, uma mudança de paradigma na ciência arquivística, mesmo que incorporando muito do vocabulário e aparato científico anterior. Apesar de mal-entendidos, a missão dos arquivistas do papel e do digital é comum: assegurar a sobrevivência técnica e intelectual de documentos de arquivo autênticos.

HELEN R. TIBBO (HT), Prof. de Arquivística, Preservação e acesso digital e Pesquisa de informação *online*, na School of Information and Libray Science (SILS) na Universidade da Carolina do Norte, “Creating, managing and archiving record: changing roles and realities in the digital era,” 15-30.

HT, num dos artigos mais profícuos, estuda o modo como indivíduos num ambiente universitário dos EUA, descentralizado, com pouco controlo estrutural e apoio arquivístico, gerem os seus próprios recursos digitais. Entende que é o momento de reconhecer as modificações introduzidas nos comportamentos de gestão

da informação pessoal pela nova ordem digital, dando como exemplo a quase sempre bem sucedida recuperação de informação dos *e-mails*, sem organização em pastas, ao contrário do que os arquivistas recomendam, e apenas apagando o *spam* (princípio do menor esforço na recuperação de informação). Considera que o factor humano é mais significativo que o *software*: aquelas pessoas (académicos) são intolerantes a tudo o que consome tempo e pensamento, por muito benéfica que a boa gestão documental possa ser. HT advoga a necessidade de distribuir comportamentos arquivísticos pelas instituições e na sociedade e do arquivista se aproximar do gestor de documentos tornando-se num curador digital. Defende a necessidade de sistemas de gestão documentos electrónicos sofisticados mas simples de usar (extracção automática de metadados estruturais e de preservação, não intelectuais) bem como incentivos comportamentais organizacional do apoio de secretariado. Destaca que os criadores de documentos usam abordagens idiossincráticas, não visíveis para outros, incluindo na mesma organização e que o volume de documentos e informação assim produzidos coloca questões na sua gestão, não tanto em termos de custo e espaço mas em termos de descrição e metadados (mesmo os 15 requisitos do Dublin Core não conseguem ser cumpridos por muitas instituições nos EUA). HT considera que há um longo caminho a percorrer, sobretudo em ambientes descentralizados, na educação dos criadores de documentos, institucionais e individuais, quanto ao desenvolvimento de bons metadados, *backups* e práticas

de migração documental. Nenhuma unidade orgânica que não a arquivística tem a missão de conservar materiais de forma permanente, por isso nenhuma fará disso a sua prioridade. Para uma “sustentabilidade documental,” HT advoga a aproximação entre gestores documentais e arquivistas, apesar das diferenças na formação, cultura de trabalho e missão específica. Considera que há um novo paradigma arquivístico que empurra a perspectiva arquivística para os produtores de documentos e assinala que, nos EUA, se reconhece a necessidade de uma educação tecnológica mais rica, bem como de maior trabalho arquivístico junto de fornecedores de tecnologia da informação e de outros profissionais da informação. Aponta ainda algumas características da formação e do saber fazer: educação extensiva, trabalho constante em tecnologia da informação, criação de metadados, normas, ensino do utilizador, design organizacional e património cultural, gestão documental e ciência arquivística.

ANGELIKA MENNE-HARITZ (AMH), directora dos Arquivos Federais da Alemanha, Berlim, e prof. na Univ. de Ciências da Administração, Spiers, “Managing and archiving administrative records in the digital era – The instrumentality of electronic records for administrative communication,” 31-38.

AMH parte da assumpção básica de que os documentos de arquivo são criados durante actividades administrativas e usualmente não à posteriori. Chama a atenção para que os diferentes suportes (escrita analógica, discurso oral e transmissão electrónica) influenciam as finalidades pelas quais foram usados

e determinam a sua capacidade de reconstrução. Os documentos electrónicos têm características específicas e apresentam riscos especiais. AHM elenca três teses a esse propósito.

- 1 – A informação digital é uma terceira forma de comunicação, paralela ao discurso oral e à escrita analógica. Por isso mesmo, os documentos electrónicos devem ser analisados quanto à forma como suportam a comunicação e como podem ligar acontecimentos comunicativos num processo de negócio.
 - 2 – Os três suportes conservam apenas parte das comunicações dependendo da natureza física e do respectivo envolvimento no acontecimento comunicacional. O significado pretendido pelo autor e a sua compreensão pelo receptor podem ser investigados através da pesquisa de comunicações anteriores e das seguintes. AHM sublinha que a estabilidade dos vestígios de comunicação é um pré-requisito da transparência e mantém-se em aberto nos ambientes electrónicos.
 - 3 – Os desafios apresentados pelos documentos electrónicos consistem, deste modo, em lhes conferir o carácter de provas quando a operação que os gerou acabou, o que significa estabilizá-los no modo em que ficaram, de forma a serem usados em fases ulteriores do respectivo processo de negócio, bem como para posterior inspecção e investigação. AHM procede depois a uma interessante análise de documentos de arquivo e acções organizacionais, referindo o diferente uso de documentos escritos analógicos ou electrónicos consoante as finalidades. É ainda de opinião que os gestores de documentos e os arquivistas não têm as mesmas funções, mas devem cooperar.
- BRUNO DELMAS (BD), Prof.

de Arquivística, Diplomática e de Instituições da Época Contemporânea na École Nationale des Chartes, Paris “Le choc du numérique: conséquences sur la profession et la formation des archivistes”, 39-49.

BD retoma a questão dos gestores de documentos *versus* arquivistas, contextualizando-a em função da concepção da disciplina e da organização real da profissão em cada país, com atenção à França. Aqui (como em Portugal, acrescentaríamos) há uma só profissão, a dos arquivistas, mas estabelece-se relação com outras profissões, sobretudo quanto aos documentos administrativos. BD assinala a instabilidade do digital que, sendo um instrumento de produção, utilização e transmissão sem igual, não é um instrumento de longa duração. Acentua a necessidade de se permanecer crítico relativamente a discursos técnico-comerciais e de desconfiar da ambiguidade de termos usados entre arquivistas e técnicos. BD defende a necessidade de equipas nos serviços de arquivo e de parcerias externas. Além disso, recorda que sempre houve iniciação do arquivista quanto a tipos de documentos diferentes (científicos ou audiovisuais, por exemplo) e que o mesmo tem de suceder com os electrónicos. BD sublinha ainda que o digital reforça a noção de *continuum* documental e, nessa medida, contribui para reforçar a diferença entre a Arquivística e as Ciências da Informação, apesar da sua proximidade.

ELIZABETH SHEPHERD (ES), *senior lecturer* na School of Library, Archives and Informations Studies no University College London e especialista em estudos sobre a profissão e a formação de arquivista, “Tradition and position in England”, 51-59.

ES, num artigo claramente estruturado, examina brevemente a definição e o desenvolvimento da profissão de arquivista e gestor de documentos em Inglaterra, no séc. XX, como cenário para uma análise de previsão quanto ao impacto dos documentos de arquivo digitais no início do séc. XXI. Considera que representam um desafio para os decisores políticos e os financiadores quanto aos requisitos para os documentos de arquivo digitais, em si, e não apenas em relação às utilizações que a tecnologia digital

no que respeita à abertura dos arquivos a um leque maior de utilizadores ou para capacitar os cidadãos a usar os serviços governamentais electrónicos. A introdução de questões como a liberdade de informação e os direitos de acesso à informação conduzirá os decisores políticos até à gestão efectiva dos documentos, incluindo digitais. ES apresenta depois os três modelos organizacionais seguidos em Inglaterra no âmbito arquivístico, no que respeita aos arquivos digitais, o último dos quais já nos Arquivos Nacionais, onde se estabelece uma custódia mista. Assinala que se atenuou consideravelmente a distinção entre gestão de documentos e arquivos [históricos] embora tenha sido criada em 2001 uma organização profissional exclusiva, a Digital Preservation Coalition, agregando profissionais diferentes. No domínio educacional, refere a experiência do UCL sobre a necessidade crescente dos arquivistas conhecerem princípios e práticas de outros domínios como os relativos às bibliotecas, museus, gestão de risco ou governação empresarial, bem como a difícil identificação das disciplinas chave correlacionadas. Menciona paralelamente um curso centrado na preservação digital, na Universidade de Glasgow. ES faz-se eco ainda da interrogação de pertença dos arquivos e documentos de arquivo quanto ao sector do património cultural ou ao da informação e das TIC. Nas conclusões ES considera que parece emergir uma solução mista para uma disciplina cada vez mais complexa, adoptando-se abordagens duplas e não sendo claro se tal vai levar à fragmentação ou a maior *expertise* e unidade dentro de uma única profissão.

ALAN MURDOCK (AM), EUA, *Head of Records Management* no Banco Europeu de Investimento (EIB), Bruxelas, “Interactions, paradoxes, and sub-cultures – managing and archiving records in the digital era,” 59-67.

AM começa por referir a utilidade dos arquivistas se verem a si próprios através do olhar dos outros e notar que a linguagem e vocabulário dos arquivistas, com o debate sobre a informação digital, foram apropriados por outros, como os bibliotecários. Assinala a maior aceitação da diversidade na profissão mas também o facto de ser “subversiva”, para muitos gestores, financiadores ou líderes de projectos, a noção de que os arquivistas ou gestores de documentos podem ter alguma contribuição a dar neste debate. AM recorda que poucas organizações transitaram para o escritório sem papel, algo que se encontra desacreditado na profissão mas mantém ainda ressonância na gestão de alto nível, que procura o retorno do seu investimento não pouco significativo em TI. Há relutância em investir na “*unglamorous*” preservação arquivística. De acordo com AM, para os arquivistas, o desafio é talvez menos profissional ou técnico, do que de gestão. AM procura, a seguir, explicar como é que os arquivistas podem ser parte da solução mais do que do problema, apresentando a gestão de documentos electrónicos no Banco (EIB) como estudo de caso da ERANET. Advertindo que são as necessidades do utilizador final que guiam os projectos relativos a documentos electrónicos, assinala que a emergência do Google levantou dúvidas quanto às competências que os arquivistas podiam trazer para este tipo de projectos. AM faz, a seguir, algumas reflexões essenciais. Por um lado, observa que os arquivistas contarão com uma

série de complexas interações com outras partes interessadas (*stakeholders*) para assegurar a preservação física e a recuperação dos documentos electrónicos, não havendo lugar à transferência física de custódia para os arquivistas. AM assinala que a capacidade do arquivista em forjar novas relações com os utilizadores em diferentes níveis da organização é o que representa o novo paradigma, mais do que o debate sobre a custódia dos documentos. Por outro lado, AM refere que, aparentemente, os arquivistas são capazes de adoptar mais de uma identidade, mas não são os únicos profissionais da informação a reclamar as teorias e o vocabulário da descrição, metadados, classificação e recuperação da informação. Assim, os arquivistas devem ser complementares de outras profissões, não concorrenciais. AM conclui que o conceito de equipas multidisciplinares está bem estabelecido em projectos de gestão de TI. O desafio dos arquivistas é ser parte destes projectos cedendo a posse (*ownership*) e valorizando as competências de gestão e a capacidade de colaboração. A mudança verificada tem raízes mais organizacionais do que tecnológicas: todas as organizações têm de responder mais perante as partes interessadas, o que se traduz em maior responsabilidade organizacional e no sistema de arquivagem. Para AM, o papel atribuído aos arquivistas será determinado pelas competências profissionais, tanto quanto por capacidade de reunião e organização, apresentação, influência, comunicação, rede e *lobbying*, análise de processo de negócio e gestão de projectos. BARBARA REED (BR), directora e consultora da Recordkeeping Innovation Pty Ltd., com funções em comités

oficiais australianos e internacionais relacionados com a gestão de documentos, anterior *senior lecturer* na Monash University' School of Information Systems, "The tradition and position", 69-86, com estudos de caso em anexo. BR, em artigo bem documentado, baseia a arquivagem na prática e teoria do *continuum* documental, uma corrente australiana, com influências anteriores: inglesa, americana, holandesa e novamente americana, por via das tecnologias. Neste quadro, destaca o sistema de séries documentais dos anos 60 e o registo de agregações de documentos de arquivo, produtores (e funções) como entidades separadas, o que possibilita representações mais complexas dos documentos no contexto e será particularmente adequado para a implementação em ambiente digitais. BR refere a proveniência múltipla ou paralela de documentos e desenvolve questões como a distinção entre informação e documento de arquivo, a presente oportunidade para projectar diferentes pontos de intervenção durante a captura de documentos electrónicos, os repositórios digitais, o acesso e o *input* criativo dos profissionais de arquivo junto de outras disciplinas. Analisa igualmente a gestão distribuída de custódia dos documentos electrónicos e a preservação da sua autenticidade e integridade, sublinhando que a confiança é mais do que tecnologias e rotinas, uma vez que diz respeito à autoridade da organização e a afirmações individuais de confiança. Nesta sequência, BR menciona a complexidade e a natureza interactiva do processo de definição de repositórios digitais e dos seus requisitos, muito diferente da abordagem do EAD. Tal como outros articulistas, dá uma particular atenção ao utilizador. Além disso, sublinha a mudança tecnológica e social quanto às percepções da tecnologia exemplificando com o Google e o Google Desktop: se não está em linha, não existe. BR acentua que a noção de *continuum* documental possibilita o desenvolvimento de estratégias estratificadas para arquivar ao longo do tempo e que gestores de documentos e arquivistas são diferentes especializações da mesma disciplina, acrescentando que o entendimento comum do conceito de documento de arquivo, processos e significados distingue esta profissão de outras disciplinas do domínio da informação.

MARIA GUERCIO (MG), Prof. na Università degli Studi di Urbino e co-directora do Projecto ERPANET, conferencista no último Congresso da BAD em Ponta Delgada, "Managing and archiving records in the digital era: general remarks from the perspective of the Italian model", 87-103. MG, depois de uma introdução sobre o Projecto ERPANET e os resultados de mais de 70 estudos de caso, reflecte sobre as 6 questões iniciais. Os estudos de caso e outros mostram que a função de preservação em ambiente digital requer interdisciplinaridade e integração. A tradição italiana de não distinção entre arquivistas de arquivos históricos e de administrações activas, tem também, para MG, os seus problemas nomeadamente no que respeita à adequada consideração dos arquivos correntes. MG considera ainda o papel pioneiro da School of Archives and Information Studies da University of British Columbia quanto à importância conferida à arquivística para liderar o mundo disperso da gestão de documentos e a ainda mais instável comunidade tecnológica. WENDY DUFF (WD), Prof. na Faculty of Information Studies da Universidade de Toronto e membro do Grupo de Trabalho Canadiano-Americano sobre Descrição de Arquivo, "A new order meets an old world: the impact of digital objects on the archival and records management professions", p. 105-114. WD, num interessante artigo que apresenta algumas aproximações ao de Helen Tibbo, discute os desafios provocados pelas TIC, especialmente o impacto nas necessidades e expectativas dos utilizadores. Assinala o facto de quase todos os funcionários servirem de secretários de si mesmo: além de dactilografarem, fornecem

metadados, organizam e determinam os documentos a conservar ou apagar. WD sublinha que a tecnologia alivia alguma da carga física na organização de documentos de arquivo, mas não outras tarefas como classificar e determinar o valor dos documentos, trabalho consumidor e exigente, negligenciado a não ser que sejam dadas razões suficientemente convincentes para o fazer. WD faz-se eco de muitas das interrogações comuns. Porquê apagar ficheiros se o espaço de disco é barato e tem capacidade? Para quê classificar documentos ou fornecer metadados se, através do Google ou de outros motores de busca se recupera informação necessária com uma palavra-chave? Para WD, os arquivistas e gestores de documentos precisam de estudar o impacto dos seus programas e serviços para mostrar que gerir e preservar documentos electrónicos resulta em retornos tangíveis. Assinala que os produtores e utilizadores de documentos esperam agora fazer menos e os pesquisadores terem maior e mais rápido acesso à informação. WD analisa os princípios e métodos actuais de descrição e acesso arquivísticos e sugere que a gestão dos documentos electrónicos pode obrigar a alguma modificação. Defende a necessidade de colaboração entre os profissionais de informação, considerando que os arquivistas e gestores de documentos beneficiarão do conhecimento dos bibliotecários, técnicos de informação e curadores de museus quanto aos comportamentos dos utilizadores e à pesquisa da informação e que os influenciarão quanto aos conceitos de autenticidade e proveniência. Finalmente, para WD, os programas educativos arquivísticos terão de incluir

tecnologias da informação, preservação digital e serviços públicos, bem como cursos tradicionais sobre selecção, questões legais e organização e descrição. Mesmo se os instrumentos de extracção de metadados mitigarem a necessidade de metadados criados manualmente e de descrições dos suportes, continuará a ser necessário desenvolver normas e estabelecer requisitos para descrever os documentos.

MICHAEL MOSS (MM), investigador e professor de Arquivística no Humanities Advanced Technology and Information Institute (HATII), da Universidade de Glasgow, onde foi arquivista, “Jonathan Oldbuck’s cat”, p. 115-126.

MM, num texto de leitura menos imediata mas estimulante, desafia algumas ideias estabelecidas entre os arquivistas e chama a atenção para questões exteriores ao mundo arquivístico e da tecnologia. Começa por considerar que os arquivistas tardaram, mais do que os bibliotecários e os curadores de museus, em lidar com a mudança de grau no comportamento do utilizador quanto aos bens patrimoniais. Defende a necessidade de se explorar o conceito de um mundo pós-custodial e que a base de utilizadores dos arquivistas se está rapidamente a tornar-se na de criadores, curadores e mediadores de bens. A Internet tornou esta realidade, que já existia, mais transparente, mas com problemas curatoriais, porque muito dos conteúdos, baseados na Web, se retirados do ambiente perdem funcionalidade. Arquivos, bibliotecas e museus têm de virar o foco nos depósitos para o efeito transformador da Internet. MM acentua que os arquivistas pós-custodiais ou não, defendem a interferência na criação dos documentos, alegando a questão da continuidade

dos documentos de arquivo e a necessidade de atribuir metadados aos documentos electrónicos e negligenciando os custos formidáveis e o facto de, no mercado aberto da Internet, tais indicações serem consideradas inaceitáveis. Na sua opinião, a noção de *continuum* entre gestão de documentos e arquivo desconsidera a questão da responsabilidade contingente [responsabilidade potencial não contabilizada até o resultado se tornar provável] e que levará os auditores a certificar as contas anuais. Esta questão da gestão do risco será um enorme desafio em organizações públicas e privadas. Para MM, serão os directores executivos, os seguradores, conselheiros, auditores e advogados, quem dominará a gestão do risco, mesmo que aos arquivistas seja pedida opinião. Isto faz com que seja demolido o conceito de continuidade, excepto no sentido mais trivial de que o documento, como objecto, permanece constante. Os documentos serão destruídos e todos os vestígios erradicados tão cedo quanto a regulação permita, senão antes, se se pensar que o custo de os conservar e gerir ultrapassa o risco de os destruir. Demorando-se na análise dos arquivos nas organizações públicas, em particular na Europa, MM refere a necessidade de responsabilidade fiduciária partilhada no ambiente digital (entre arquivistas, profissionais das tecnologias, directores executivos, etc...) num regresso às chaves múltiplas das casas fortes na Europa e não numa mudança de paradigma. O arquivista em organismos públicos, mais do que que exhibir argumentos sobre a relação próxima entre gestão de documentos e arquivos, precisa de reafirmar o conceito fundamental de arquivo nacional (*cimiliarchio publico*) para o qual os documentos de arquivo podem ser passados e apreciados fiduciariamente a fim de que o governo possa ser levado a prestar contas. Os tribunais seriam locais de decisão final relativamente à selecção de documentos a conservar permanentemente. MM afirma que muito do que há a mudar é no âmbito dos processos e protocolos e não no respeitante a minúcias técnicas dos repositórios digitais, ainda que importantes. Considera que arquivistas e gestores de documentos

divergem sobretudo na selecção de documentos. Enquanto o gestor de arquivos se guiará sobretudo pela gestão de riscos, o arquivista fá-lo determinado pela necessidade (alterável) de conhecimento e memória histórica. Mesmo no caso dos documentos digitais, o arquivista terá de estabelecer processos que garantam a confiança e esse será o papel constitucional do arquivo público. MM sublinha também que o acesso digital exige fundos adicionais e deve levar a que os domínios dos arquivos, museus e bibliotecas desenvolvam serviços comuns onde houver convergências, verificando-se aqui sim, uma mudança de paradigma.

Ana Cannas

Managing and archiving records in the digital era: changing professional orientations
– edit. Niklaus Bütikofer, Hans Hofman, Seamus Ross. Baden: hier + jetzt, Verlag für Kultur und Geschichte GmbH, 2006, 131 p.



GUIDE PRATIQUE: LE DROIT DE L'INFORMATION

Nos últimos anos o direito de autor tem sofrido constantes alterações provocadas sobretudo pela grande transformação

no paradigma informacional, isto apesar dos alicerces históricos deste ramo do Direito permanecerem praticamente intactos. A prática jurídica e a produção legislativa, pelo contrário, têm crescido e evoluído bastante e isso deve-se em grande parte ao efeito “tsunami” provocado pela explosão de informação em livre acesso na Internet. Estas alterações constantes na legislação são o motivo principal da segunda edição deste número (fora-de-série) do periódico “Archimag”, um item especial dedicado ao confronto entre o direito de autor e o direito à informação. Logo no prefácio Didier FROCHOT (especialista em direito da informação e autor da maioria dos textos) adverte que «ignorar a relevância do direito de autor (*maxime* da propriedade intelectual) face ao direito à informação constitui uma forma de suicídio profissional». Na sua opinião os profissionais da informação deverão mesmo abraçar o estatuto de “juristas da informação” como segunda actividade. Todos os cursos universitários na área das ciências documentais e da informação deveriam incluir matérias referentes ao direito de autor com pertinência na actividade quotidiana da profissão. Conceitos como “obra protegida”, “domínio público”, “*fair use*” ou “utilizações livres” deveriam ser conceitos dominados pelos profissionais da informação, assim como o conjunto de excepções que permitem copiar, reproduzir, digitalizar ou comunicar ao público as obras sem o consentimento do autor. Dos temas abordados neste número especial destacamos:

A mundialização do direito de autor
que é analisada no texto “Les frontières de l’information s’effacent: vers un droit mondial” (FROCHOT), segundo o qual

com a publicação de obras protegidas na Internet o acesso aos documentos deixa de ser limitado pelas fronteiras físicas, geográficas e políticas. Não faz sentido, por conseguinte, permanecerem intactos diferentes regimes de protecção para a mesma obra que está disponível à escala global. Não faz sentido, a título de exemplo, que a informação constante num *site* esteja no domínio público em França e seja uma obra protegida ao lado na vizinha Espanha ou em Portugal. Isto explica por que motivo o direito aplicado em França [tal como acontece em Portugal] não é exclusivamente um direito de fonte interna. Resulta de tratados e convenções internacionais (Direito Internacional), de directivas comunitárias (Direito Comunitário) que, tendo por objectivo a harmonização, são transpostas para os ordenamentos jurídicos internos. Graças a esta internacionalização ficámos a saber, por exemplo, que lei norte americana correspondente ao Digital Copyright Millenium Act é o “parente próximo” da Directiva Europeia, 2001/29/CE, sobre a harmonização de certos aspectos do Direito de autor na Sociedade da Informação, transposta em França pela *loi DAVDSI* (Droits d’Auteur et Voisins Dans la Societé de l’Information) [e em Portugal pela Lei 50/2004, de 24 de Agosto]. Também o **regime jurídico de algumas rotinas**, aparentemente insuspeitas, da nossa actividade como a indexação, o resumo documental ou a citação de curta duração são tratados com bastante interesse, nos artigos “Qu’est-ce que le droit de copie” e “L’exception de curte citation” ainda da autoria de FROCHOT. Descansem, contudo, caros colegas, pois tratam-se

de actividades em principio lícitas. A indexação porque se limita a recuperar as ideias chave do texto e as ideias são sempre livres, não são tuteladas pelo direito. O resumo, por seu turno, é lícito desde que não se limite a transcrever um bloco de texto da obra original. Sempre que colhemos ideias e informações de uma obra para as agregar e fornecer um panorama geral da obra sem a desvirtuar, realizamos uma obra nova, inteiramente lícita face à obra analisada. A citação, por último, é lícita desde que se verifiquem cumulativamente os seguintes requisitos. A transcrição tem de ser curta em relação à dimensão da obra citada. Tem de ser referenciada, delimitada e não pode desvirtuar o espírito da obra citada. Caso não se verifique algum destes requisitos a citação passa a ser ilícita. Do mesmo autor são ainda de destacar dois artigos de grande interesse para os profissionais da informação nomeadamente sobre o **enquadramento jurídico das actividades de animação nas bibliotecas** (“L’animation culturelle en médiathèque sans pépin”) que contém em anexo uma minuta de um contrato tipo de animação cultural e outro sobre o novo conceito jurídico de “creative commons” aplicado à livre informação científica e profissional (“*Creative commons: la libre information scientifique et professionnelle*”). Ao todo o guia contém vinte e cinco artigos escritos por advogados, especialistas da informação, Internet e novas tecnologias que analisam os mais diversos temas desde o estatuto jurídico das revistas de imprensa, às boas práticas profissionais e jurídicas para a construção de sítios Web até ao valor probatório de *e-mails* em arquivo. Um guia, de grande utilidade, extremamente actualizado com informação jurídica para todos os profissionais na nossa área.

Adalberto Barreto

Guide pratique: le droit de l’information

– dir. rédaction Louise Guerre. Paris: Archimag, 2006. 48 p. ISSN: 1242-1367